Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 10848/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/832/2014
PROTOCOLO	: 1466714
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
RESPONSÁVEL	: RICARDO TREFZGER BALLOCK
CARGO DO RESPONSÁVEL	: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO	: CONCESSÃO - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA
INTERESSADA	: ORÁSIA DA SILVA SEVERINO
CARGO	: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão de aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, à servidora Orásia da Silva Severino, Matrícula n. 334693/02, Classe D, Referência 13, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, pertencente ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, constando como responsável o Sr. Ricardo Trefzger Ballock, secretário municipal de administração à época.

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal (ICEAP) por meio da Análise ANA -71CE-3029/2015, manifestou-se pelo registro da aposentadoria em comento.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 7 DR. JAC – 13744/2015, corroborando o entendimento da análise técnica.

DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão apresentou-se completa, e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, 1.5, da Instrução Normativa TC/MS n. 38/2012.

A aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto “PE” n. 2.201, de 17/12/2013,

publicado no Diogrande n. 3.916, de 18/12/2013, com fulcro no art. 40, § 1º, II, e § 3º, § 17, da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, observando o art. 24, I, "b", e os arts. 31, 70 e 72, da Lei Complementar n. 191/2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da aposentadoria compulsória atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão de aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, à servidora Orásia da Silva Severino, Matrícula n. 334693/02, Classe D, Referência 13, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, pertencente ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, em razão de sua legalidade, com fulcro no art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado do julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs